**ANÁLISE ACERCA DA COEXISTÊNCIA DA SÚMULA VINCULANTE
E DA REPERCUSSÃO GERAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO-
PROCESSUAL BRASILEIRO**

**ANALYSIS ABOUT THE COEXISTENCE OF *SÚMULA VINCULANTE* AND
REPERCUSSÃO GERAL INSTITUTES IN LEGAL-PROCEDURAL
BRAZILIAN LAW**

Édila Lima Serra Ribeiro¹

Resumo: Súmula vinculante e repercussão geral são dois institutos jurídicos oriundos da reforma do Judiciário, veiculados pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004. Ambos institutos perseguem objetivos comuns, porquanto colimam efetivar os princípios da razoável duração do processo e da celeridade processual, proporcionando segurança jurídica ao jurisdicionado ao permitir antever o provável resultado proveniente do julgamento judicial. Muito embora com finalidades idênticas, os institutos diferem em diversos aspectos, como conceito, natureza e requisitos. A pesquisa visa a realizar um estudo comparativo de ambos os mecanismos, principalmente em relação aos resultados produzidos após os oito anos de sua vigência. A coleta de tais resultados permitirá verificar se os objetivos pretendidos pelos institutos, em específico a celeridade, restou atendida e, além disso, se coexistência de ambos, no ordenamento jurídico-processual pátrio, é necessária.

Abstract: Súmula vinculante and repercussão geral are two legal institutes of judicial reform, implanted by the Constitutional Amendment nº 45 of 2004. Both institutes pursue common purposes, since they aim to actualize the process reasonable duration and celerity process principles, providing legal certainty to the suitors by allowing to predict the probable results from the trial court. Although the identical purposes the institutes are different in several aspects, as concept, nature and requirements. The research aims to conduct a comparative study of both mechanisms, especially in relation to the results produced after the eight years of its term. The collection of such results would verify that the intended institutes purposes, in particular the celerity, left satisfied and, moreover, if the coexistence of both in the procedural law is required.

¹ Mestranda em Direito Processual pela Universidade Federal do Espírito Santo, especialista em Direito Público, professora de Direito Civil na Faculdade Castelo Branco de Colatina-ES, advogada.

Palavras-Chave: Súmula vinculante; repercussão geral; coexistência.

Key-words: Súmula vinculante institute; repercussão geral institute; coexistence.

Em 2004, o Judiciário brasileiro passou por profundas reformas através da Emenda Constitucional nº 45. Seus principais escopos eram viabilizar a efetivação dos princípios da razoável duração do processo e da celeridade, para fins de oportunizar uma resposta judicial adequada e eficaz ao jurisdicionado e permitir o regular funcionamento da máquina judiciária, cujos trabalhos restavam retardados pela elevada quantidade de processos submetidos à solução judicial.

Frutos dessa reforma foram à implantação de institutos jurídicos inovadores, oriundos da teoria dos precedentes, como a súmula vinculante e a repercussão geral. Visavam, justamente, a implementar métodos capazes de efetivar a razoável duração do processo, mediante uma resposta rápida e igualitária para casos semelhantes e numerosos, cuja solução era reclamada ao Judiciário.

Em outros termos, súmula vinculante e repercussão geral serviram como meios para atingir a uniformização jurisprudencial, embasadas na multiplicidade de processos versando sobre o mesmo tema: aquela por intermédio da concessão de poder normativo ao Supremo Tribunal Federal (STF); esta pela padronização da decisão de Recursos Extraordinários (RE's), logo, julgamentos oriundos do controle difuso de constitucionalidade.

Decorridos oito anos da vigência, faz-se necessário avaliar os reflexos causados por ambos os institutos e, especialmente, ponderar sobre o atingimento dos objetivos para eles traçados com a EC nº 45/04, traduzidos na celeridade e segurança jurídicas. E este é o ponto de partida, o problema central proposto na presente pesquisa – cujos resultados ainda foram colhidos –, de analisar os reflexos da coexistência da súmula vinculante e da repercussão geral no ordenamento pátrio.

A questão sugerida toma esteio na afirmação de J. J. Gomes Canotilho, segundo a qual “o direito constitucional, como qualquer prática social humana, tem as suas modas”.² É possível, assim, que súmula vinculante e repercussão geral sejam produto de eventual modismo da teoria dos precedentes na legislação pátria, dos trabalhos doutrinários acerca da proximidade da tradição brasileira do *civil law* ao *common law*, de uma ambição legislativa em solucionar, com a maior quantidade de meios e no mais curto lapso temporal, o problema da morosidade processual e do assoberbamento da máquina judiciária. Outrossim, é viável que súmula vinculante e repercussão geral sejam, no movimento do neoconstitucionalismo e nas palavras, novamente, de Canotilho³, um *modus* de realização dos princípios e regras da lei fundamental, ancorado na moda da viragem jurisprudencial do direito constitucional em definir o direito constitucional como aquilo que os juízes o dizem ser.

Com marco teórico esposado no pensamento de Canotilho, conjectura-se a primeira hipótese como solução para o problema apresentado; crê-se que a criação dos dois institutos, com finalidades semelhantes, decorreu da observância demasiada da moda dos precedentes no sistema jurídico brasileiro. Supõe-se, portanto, que os mecanismos jurídicos refletiram resultados comuns. Nesse suposto panorama, a repercussão geral ofereceu-se como método mais eficaz para alcançar os princípios da celeridade e da segurança jurídica, em detrimento, por outro lado, do uso da súmula vinculante. Destarte, uma prospecção deste estudo é verificar se a súmula vinculante e a repercussão geral precisam coexistir no ordenamento jurídico pátrio brasileiro para fins de se efetivar a celeridade, a segurança jurídica, a igualdade, dentre outros valores previstos constitucionalmente.

O esteio metodológico aplicável, além de crítico, é de vertente jurídico-dogmática, pois as investigações colimadas buscaram compreender relações normativas no campo do Direito Processual Constitucional, por intermédio da avaliação de estruturas internas ao ordenamento jurídico, *in casu*, a súmula vinculante e a repercussão geral. O raciocínio, de teor hipotético-dedutivo, tem os objetivos específicos de⁴: delimitar os conceitos de súmula vinculante e repercussão geral, fixando a origem, a natureza jurídica, os requisitos, a aplicação e o tratamento legislativo, entre outros quesitos correlatos; analisar as súmulas vinculantes

² CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003, p. 25

³ Idem ibidem, p. 26.

⁴ GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)pensando a pesquisa jurídica**. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010, p. 21.

editadas até o início desta pesquisa; examinar os assuntos erigidos como repercussão geral também até o começo deste estudo; realizar uma averiguação comparativa dos resultados alcançados com a edição de súmulas vinculantes e a taxação de casos como englobados na repercussão geral; por fim, relatar criticamente os resultados obtidos.

A título preliminar e conforme mencionado em linhas anteriores, defende-se a seguinte hipótese conclusiva: na medida em que a repercussão geral é identificada, apreciada e rejeitada ou reconhecida pelo STF, a quantidade de edição de súmula vinculante decai. Os motivos para configuração dessa circunstância podem ser: primeiro, a resistência ao poder normativo conferido à corte Suprema para editar súmula vinculante e, por conseguinte, desobediência dos tribunais inferiores em obedecer ao verbete sumular; segundo, o procedimento de superação do entendimento consolidado em súmula vinculante ser demasiado formal e exigente, assim como o processo de aprovação, dependendo da decisão de 2/3 dos ministros; terceiro, a proposta, a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante não autoriza a suspensão dos processos em curso em cujo teor discuta-se a mesma questão; quarto, a repercussão geral advém do exame de caso repetitivo e emblemático do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, portanto, do controle difuso de constitucionalidade, podendo denotar ao jurisdicionado a impressão de, mesmo que seu recurso extraordinário não tenha alcançado o STF, ocorreu apreciação da situação concreta posta em apreciação e, em consequência, surtindo no demandante a sensação de conformação.

Outros fatores poderão ser identificados ao longo da pesquisa. Outrossim, é possível conclusão diversa da hipótese então abraçada, ou seja, é plausível a constatação final da relevância da súmula vinculante e a necessidade de sua manutenção no cenário jurídico. De toda sorte, deve-se registrar que os estudos estão em curso, razão pela qual as hipóteses ainda não foram testadas.

REFERÊNCIAS

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)pensando a pesquisa jurídica**. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.